



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 28 DE JUNHO DE 1996

Senhor Ministro Arlindo Porto, Ministro da Agricultura; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhor Francisco Urbano, Presidente da Contag; Senhores Líderes; Senhores Parlamentares; Senhora Senadora; Senhores Senadores; Senhor Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura; Senhoras e Senhores;

Ontem, numa cerimônia semelhante a esta, nós estávamos celebrando um contrato de concessão de um pedaço da Rede Ferroviária Federal. Eu aproveitei a oportunidade para mostrar que o Brasil não só encontrou o seu rumo, do ponto de vista de que tem objetivos definidos no horizonte, mas também o está pavimentando efetivamente para alcançar esses objetivos.

Estamos fazendo um esforço muito grande – e o tempo mostrará a eficácia dele – no sentido de reestruturar o sistema de transportes no Brasil: ferrovias e estradas de rodagem. Anteontem, eu havia assinado em Santa Catarina a duplicação da BR-101 e tinha dito que isso dá continuidade a uma estrada, a Fernão Dias Paes, que vai de Belo Horizonte a São Paulo, e à Via Dutra, que vai do Rio a São Paulo. Nós

estamos duplicando a BR-116, que vai de São Paulo ao Paraná. O Paraná já duplicou o seu pedaço. Agora, faremos a mesma coisa com Santa Catarina; e mandei que se processassem os estudos para que essa estrada de Santa Catarina fosse até Osório, no Rio Grande do Sul.

Eu me referi ao fato de que a Rede Ferroviária, que algum tempo atrás era considerada praticamente imprestável, volta a ter vida e há enorme interesse na operação, como se verificou no trecho que vai de Bauru a Corumbá, e, agora, mais recentemente, em toda a zona Leste para a Norte; que vai do Norte, Bahia, e vem até o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mais adiante, faremos o mesmo processo no que diz respeito à zona Leste propriamente dita e à zona Sul. Até o fim do ano, estaremos colocando essas estradas em condições de começarem a ser operadas por quem entende delas, nelas vai investir e se compromete – sem que tenhamos de tirar dinheiro do País – a colocar o dinheiro para que as estradas funcionem.

Também me referi ao fato de que não descuidamos da hidrovia; pelo contrário. Não só aqui estamos pensando e dando os passos iniciais para a estrada de ferro Unaí–Pirapora, que vai permitir o escoamento de parte da produção da região do planalto de Minas Gerais pelo rio São Francisco: estamos cuidando do rio São Francisco também. Estamos terminando já o balizamento do rio Madeira lá no Norte, de tal maneira que, de Porto Velho e de toda a região de Rondônia e do Norte de Mato Grosso, nós possamos escoar, por meio de chatas, a produção agrícola até o porto de Itacoatiara, no Amazonas – porto que o governo do Estado está fazendo com a iniciativa privada. Navios de 100 a 200 mil toneladas entrarão no porto. Estamos fazendo um terminal graneleiro, de tal maneira que poderá reduzir o custo de transporte dos cereais em cerca de 30%, o que tornará o Brasil muito mais competitivo.

Pois bem, se estamos preparando a infra-estrutura, seria insensato que não preparássemos a produção para escoar por toda essa infra-estrutura. E produção quer dizer muita coisa. Eu me referirei, naturalmente, não à produção industrial, mas à produção agrícola. E o Ministro Arlindo Porto disse aqui, de forma direta, com muita com-

petência, o que foi feito e o que está sendo feito pelo Governo para viabilizar a retomada do crescimento da agricultura brasileira e o aumento da renda do agricultor brasileiro.

Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador e Ministro Arlindo Porto. Nesses poucos meses em que ele está à frente do Ministério, criou um clima de convergência, um clima de entendimento; encontrou, como já os havia encontrado o Ministro Andrade Vieira, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento absolutamente solidários – talvez coisa rara na nossa história – na necessidade do desenvolvimento agrícola. Deu continuidade aos trabalhos do Ministro Andrade Vieira sobre o zoneamento agrícola. Estamos concretizando agora o Planaf. Enfim, num curto período de tempo, foi possível colher frutos. É verdade que o trabalho é de muita gente, mas requer sempre a competência do Ministro, e eu agradeço essa competência.

Os senhores se recordarão, muitos dos senhores, das dificuldades que tivemos nos anos anteriores. Quando fui Ministro da Fazenda, em 94, eu tinha uma obsessão: fazer com que o plano de safra fosse publicado pelo menos em julho. Conseguí, em 94. Praticamente o Ministério da Fazenda – daqui alguns estavam lá; o Ministro Clóvis trabalhava nessa época como Secretário-Geral do Ministério – há de se lembrar da minha obsessão com a agricultura, sendo eu Ministro da Fazenda. Era importante fazer um plano de safra adequado.

Infelizmente, os problemas de muitos anos de desatenção à agricultura, de descontrole do processo inflacionário, de endividamento sem que houvesse condição de pagamento fizeram com que, no ano seguinte, nós tivéssemos uma situação quase calamitosa. Aqui há muitos Deputados que são testemunhas do empenho do Governo e meu, pessoal – e dou testemunho do esforço deles –, para que saíssemos daquela situação absolutamente caótica. Nunca me esquecerei de que, no Paraná, em cooperativas, durante a campanha eleitoral, só cobravam de mim uma coisa: acabar com a TR. Eu dizia: vamos acabar com a TR. Acabamos com a TR. A taxa de juros era astronômica.

No ano passado, depois de longuíssima negociação – que não foi conclusiva no âmbito técnico –, quando vieram os representantes da agricultura ameaçá-la e eu disse que faríamos o financiamento com taxas de juros de 16%, eles me olharam com certa preocupação, a área técnica olhou com certa preocupação; os agricultores, com certa incredulidade. Hoje, são de 12%. Doze vai equivaler à taxa de inflação. É zero.

Evidentemente, isso se deve não ao nosso esforço, que existe, não à competência dos que têm competência, que são muitos dos que me rodeiam, não à determinação dos produtores, à luta das associações de agricultores, de trabalhadores. Isso se deve ao Plano Real.

É preciso que o Brasil não perca de vista – agora que o Plano Real vai fazer dois anos – que nós pilotávamos um país sem rumo e que os efeitos iniciais dessa aterrissagem na realidade custaram um certo preço. E o Governo teve a firmeza de seguir no rumo. Não foi fácil: muitas vezes, tivemos que dizer “não” a demandas justas. Mas quem diz “sim” a toda hora abre um abismo para o País no momento seguinte. E nós preferimos não nos curvar nem à demagogia, nem aos reclamos, às vezes justos, nem mesmo ao que dói no coração, e dissemos, muitas vezes, “não”, para manter o Plano Real. Mantivemos.

Hoje, é possível começar a colher os frutos. Estamos começando a colher os frutos. Quanta gente aflita, nervosa, apressada julga de antemão: “O Governo não fez nada pelo agricultor. Cadê aquele dedinho?” Pois aí está: o dedinho não é meu, não; é de vocês todos, agora. É um dedão: é um apoio efetivo, dentro de condições realistas, para que a agricultura avance mais.

É pouco ainda, mas já é um começo. Que melhorou, melhorou – é inegável. Oitenta por cento das dívidas securitizadas! Até hoje pago um preço elevado por ter concordado com a securitização. Confundem o povo, dizendo que securitização é dar dinheiro para rico. Esquecem-se de que, com o apoio dos agricultores, com o apoio dos líderes sindicais e dos líderes empresariais, nós limitamos a securitização a uma certa quantia de dinheiro – 150 ou 200 mil – e não demos a securitização senão àqueles que realmente precisavam, porque não ti-

nham condições de pagar e estavam endividados, não por culpa deles, mas por culpa de políticas econômicas – inclusive as nossas, que, naquele momento, tinham que ser assim – que criavam dificuldades.

O Governo não pode, ao mesmo tempo, tomar decisões que criam dificuldades e, depois, não ajudar àquele que sofre as consequências a sair das suas dificuldades. Enfrentamos, fizemos a securitização. Custou bastante isso. Custou ao Banco do Brasil bastante. Custou ao Tesouro, que ajuda o Banco do Brasil. Mas nós achamos que era nosso dever fazê-lo. E o fizemos a troco de nada, a troco de repor a agricultura brasileira em condições de produzir, e não a troco de voto de ninguém, porque eu não quero voto a troco de nada! E, não obstante esse esforço, que foi de todos nós, quantas vezes foi apresentado ao País como se fosse uma concessão menor, para obter votos, como se esses votos não fossem também em benefício de reformas para o Brasil?

Os que estão aqui são testemunhas disso. Nunca houve negociação com o setor agrícola que não fosse baseada na vontade de melhorar a produção agrícola, e não na vontade de deixar de cobrar de quem deve e pode pagar. Foi na vontade de fazer com que aqueles que querem pagar e não têm condições possam vir a ter condições para pagar o que devem e, quem sabe, um dia, se libertarem das peias do banco, que é o ideal de todos nós.

Mas conseguimos. Neste ano, a renda agrícola vai aumentar – já está aumentando e vai ter que continuar aumentando. Está aumentando sem que o preço do produto final recaia sobre o consumidor, porque nós estamos baixando os custos. Está havendo aumento da renda agrícola e não está havendo a disparada da inflação. Acabou essa ligação indexada, automática. Sobe um pedacinho aqui, vai subir toda a cadeia produtiva? Por quê? Isso é especulação. É para alguns ganharem e o povo perder.

Não nos esquecemos desse esforço. O Ministro esteve sempre atento, e aqueles que lutam por isso também. Não adianta repor o financiamento – 5 bilhões e 100 milhões de reais. É muito dinheiro! Será suficiente? Não sei. Isso é o que podemos. Ainda temos a Cédula do Produtor Rural; ainda temos os mecanismos diretos de financiamento.

Não é o conjunto da agricultura que se financia com isso. Não basta. Não basta porque, hoje, o problema social agudo é o da agricultura familiar, é o do pequeno produtor, do produtor que trabalha com a sua família ou que tem um ou dois empregados e que, realmente, não tem nem instituições capazes de chegar até ele.

Estamos passando, Dr. Urbano, de 250 milhões de reais para 1 bilhão de reais. Isso é multiplicar por quatro o recurso disponível para o pequeno produtor. Quatro! Isso não existia, já foi criação nossa, no ano passado. Agora, não só existe, como nós o estamos ampliando. Mas não nos iludamos: para que esse recurso chegue ao produtor não é fácil. Não é fácil porque as estruturas do Brasil foram feitas para atender aos grandes, foram feitas para atender a quem sabe ler e escrever, não foram feitas para atender a quem tem as mãos calejadas e não está habituado a entrar no banco, tem medo de entrar no banco. E, às vezes, tem razão de ter medo, porque, quando chega lá, pedem tanto papel a ele que ele enlouquece.

Nós estamos tendo que mudar o modo como se faz a capilaridade, como o recurso chega ao mais pobre e o que se vai exigir, como garantia, do mais pobre. Não se pode exigir, como garantia, do mais pobre o que ele não tem, que é a propriedade, com seus títulos bem ajustados, com todos os atestados bancários, etc., etc. Temos que mudar o mecanismo pelo qual se dá o crédito ao pequeno produtor.

Evidentemente, a taxa de juros tem que ser menor para o pequeno produtor. E temos que ter recursos de investimento – 200 milhões de investimento – para fazer pequenas melhorias. E, aí, isso tem a ver com reforma do Estado. É a Emater, é o Ministério da Agricultura. Temos que fazer convênios com os governos estaduais, com os bancos estaduais, com as associações de fomento dos estados, porque esses têm mais condições de chegar ao mais pobre.

Isso que eu digo sobre o agricultor vale para a cidade. O trabalho que estamos tendo na Caixa Econômica, com o programa que já temos de habitação popular, é que têm dinheiro, mas não têm quem pegue, porque quem vai pegar não tem os requisitos para poder receber o dinheiro. O problema do Brasil não é mais a montanha de

recursos, não: é orientar bem o gasto desse dinheiro: é fazer com que esse gasto não reforce a caixa dos que têm, mas chegue àqueles que precisam e não têm. E isso é um trabalho político, depende de os funcionários, de a burocracia, de os bancos, de a sociedade entendem do que se trata e perceberem que não adiante reclamar, que o Governo tem que dar.

Não é o Governo quem tem que dar, não. O País inteiro tem que se empenhar e mudar uma mentalidade para poder atender realmente àqueles que necessitam dos recursos para produzir em nível de agricultura familiar. Ela é indispensável. A crise que ainda hoje assola o campo vem daí. São os efeitos da crise mais geral – que nós estamos superando, e vamos superar, com certeza – sobre uma massa de gente que ficou desempregada. É isso que vai mexer lá no Dr. Jungmann, na reforma agrária; vai aumentar o caudal dos que querem assentamento, dos que estão nos acampamentos dos sem-terra, porque eles perderam não só a terra, mas o trabalho.

Não se vai resolver a questão do campo simplesmente assentando. Temos que, ao mesmo tempo, garantir aos que já estão trabalhando que continuem trabalhando; e àqueles que estão empregados que tenham uma condição melhor de trabalho, porque senão não há solução para o País. É um conjunto, portanto, de políticas que estão sendo postas em marcha. Estão sendo postas em marcha com muito afinco, com muita vontade, sempre dentro da lei, em qualquer hipótese, dentro da lei.

Um país que não entende que a democracia é peça constitutiva do bem-estar social não entende nada. Não há de ser pela violência que se vai resolver qualquer questão mais séria. É uma ilusão. A violência só se justifica quando há um regime violento. Existindo um regime democrático, aberto, disposto a dialogar, não é aceitável a violência, em vez do diálogo e da cobrança efetiva da ação daqueles que detêm a possibilidade de atuar em benefício da maioria e do País.

É com esse espírito que estamos hoje aqui, de confiança, de começo de celebração do segundo ano do Real e de muita expectativa – sem dar números – de que a produção aumente e de que, ao aumen-

tar a produção, aumentem os postos de trabalho; e de que, aumentando a produção e os postos de trabalho, aumente a renda da população que se dedica ao campo.

Não tenho dúvida nenhuma de que, na medida em que estamos já no limiar de um outro momento do Plano Real e já estando definidas as condições que asseguram a estabilização da moeda, daqui para a frente é crescer, crescer, crescer e distribuir, distribuir, distribuir. Não há distribuição de renda sem crescimento. E crescimento sem distribuição de renda significa a multiplicação das injustiças. Não é o nosso caminho. O nosso caminho é de crescer com justiça, é crescer com distribuição de renda sem caridade, como disse o Ministro. E é em nome da dignidade do trabalhador brasileiro, e do empresário brasileiro também, que estamos fazendo esse esforço grande. Mas tenho certeza de que, com a competência do Ministro da Agricultura e com o apoio sempre prestante das áreas econômicas e das áreas sociais do Governo, vamos poder, no ano seguinte, definir, quem sabe, com o zoneamento, com juros ainda mais baixos, um objetivo de produção que seja compatível com as terras disponíveis e com as necessidades de enriquecimento do Brasil.

Não gosto de falar em números, mas, francamente, produzir 70 milhões de toneladas é muito pouco para um país deste tamanho. Nós precisamos ter muita vontade para chegar, pelo menos, ao último ano do meu Governo, que é 98, preparando a safra do governo seguinte, 99, e tendo já um horizonte que não nos deixe distante das 100 milhões de toneladas.

Agradeço muito a vocês e felicito a todos. Muito obrigado.